

# UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BÁRBARA RAFAELLY DA SILVA GALINDO

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO POR MEIO DO CRÉDITO CONSIGNADO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

JOÃO PESSOA 2021

# BÁRBARA RAFAELLY DA SILVA GALINDO

# ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO POR MEIO DO CRÉDITO CONSIGNADO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Pilar da Silva Junior

# Catalogação na publicação Seção de Catalogação e Classificação

G158a Galindo, Bárbara Rafaelly da Silva.

Análise do endividamento por meio do crédito consignadodos servidores públicos da Universidade Federal da

Paraíba / Bárbara Rafaelly da Silva Galindo. - JoãoPessoa, 2021.

59 f. : il.

Orientação: Cláudio Pilar da Silva Junior.TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Crédito consignado. 2. Educação financeira. 3. Endividamento. I. Silva Junior, Cláudio Pilar da. II.Título.

UFPB/CC CDU 657(02)

# BÁRBARA RAFAELLY DA SILVA GALINDO

# ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO POR MEIO DO CRÉDITO CONSIGNADO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

#### BANCA EXAMINADORA

Presidente(a): Prof. Dr. Cláudio Pilar da Silva Junio Instituição: UFPB

Chinds Phin

Membro: Profa. Ma. Suelle Cariele de Souza e Silva Instituição: UFPB

Suelle Cariele de Sousp e Silva

Membro: Prof. Marcelo Pinheiro de Lucena Instituição: UFPB

João Pessoa, 12 de Julho de 2021.

# DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, Bárbara Rafaelly da Silva Galindo, matrícula n.º 2016080338, autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Análise do Endividamento por meio do Crédito Consignado dos Servidores Públicos da Universidade Federal da Paraíba, orientada pelo Professor Dr. Cláudio Pilar da Silva Junior, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo 2020.2 e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel(a), declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmo que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro, estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei n.º 2.848/1940 — Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei n.º 9.610/98 — Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela sua avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

João Pessoa, 05 de Julho de 2021.

Bárbara Galimdo

Assinatura do(a) discente

Dedico este trabalho a minha filha Sofia França, a razão da minha existência.

#### **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, pelo dom da vida, e por me permitir chegar até aqui em meio a tantas batalhas, ao meu avô José Ribeiro (In memória), que desde a minha existência me ensinou a ter fé e me mostrou que com Deus tudo posso.

A minha mãe, Sandra Silva que batalhou muito para que eu pudesse fazer uma graduação, ao meu pai Claudimar Galindo, as minhas irmãs, Beatriz Galindo e Bruna Galindo, a toda minha família por torcerem pelo meu crescimento. Ao meu esposo, Hyago França por todo apoio, companheirismo, incentivo ao longo de todos esses anos.

Ao meu amigo José Wildo, que esteve comigo desde o ensino médio, e fomos juntos conquistar nossos sonhos distantes das nossas famílias, mas tendo sempre um ao outro, e aos meus amigos que conquistei ao longo da graduação, em especial a Monick Suênia e Paulo Lins, passamos por situações difíceis, mas nunca soltamos a mão um do outro, e posso dizer, chegamos juntos até aqui, como diz o lema dos Três Mosqueteiros "Um por todos, e todos por um", foi e sempre será assim, obrigada meus amigos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio Pilar, por toda assistência, paciência, incentivo, atenção e dedicação fornecida. A todas as pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

"O passado é passado — a não ser que você ainda esteja devendo por ele."

Jon Hanson

#### **RESUMO**

O crédito consignado vem demonstrando grande força na vida financeira do servidor público, pois há uma facilidade na sua concessão, além de juros mais baixos em razão da sua segurança no desconto diretamente em folha de pagamento. Nesse contexto, esta pesquisa teve por objetivo analisar o endividamento por meio do crédito consignado do servidor público da Universidade Federal da Paraíba, ao qual teve a metodologia com índole bibliográfica e abordagem quantitativa, com coleta de dados através de questionário respondido por 101 servidores do qual 40 deles foram descartados por não se encaixarem no perfil da pesquisa. Como resultado foi possível concluir que os servidores têm em média um nível de educação financeira regular, e um grau de endividamento considerável quando se trata do grupo pertencente à faixa etária salarial de R\$ 6.001,00 a R\$ 9.000,00. A pesquisa contribuiu para analisarmos a intensidade que o crédito consignado tem na vida do servidor público e concluirmos que é necessário um conhecimento maior acerca do controle financeiro.

Palavras-chave: Consignado. Educação Financeira. Endividamento.

#### **ABSTRACT**

Payroll-deductible loans have shown great strength in the financial life of public servants, as it is easy to grant, in addition to lower interest rates due to its security in discounting directly from the payroll. In this context, this research aimed to analyze the indebtedness through payroll-deductible credit of the public servant of the Federal University of Paraíba, which had the methodology with a bibliographic nature and a quantitative approach, with data collection through a questionnaire answered by 101 civil servants. 40 of them were discarded for not fitting the research profile. As a result, it was possible to conclude that the servers have, on average, a regular level of financial education, and a considerable degree of indebtedness when it comes to the group belonging to the salary age group of R\$ 6,001.00 to R\$ 9,000.00. The research contributed to analyze the intensity that payroll-deductible loans have in the life of public servants and to conclude that greater knowledge about financial control is needed.

**Keywords:** Consigned. Financial Education. Indebtedness.

.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Taxas de juros por grupos distintos de operações de crédito	23
Figura 2 – Diferencial de taxas de juros anuais entre grupos distintos de op	perações
de crédito para mesmos tomadores	23
Figura 3 – Taxa de Juros	24
Quadro 1 – Pesquisas sobre Educação Financeira e utilização do	Crédito
Consignado	27

# **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Itens referentes ao empréstimo consignado (Continua)	34
Tabela 2 – Itens referentes ao empréstimo consignado (Conclusão)	36
Tabela 3 – Itens relacionados as percepções do crédito consignado	39
Tabela 4 – Itens referentes à educação financeira	40
Tabela 5 – Controle Financeiro	42
Tabela 6 - Relação da faixa salarial com o nível de educação financeira e o	nível
endividamento (Continua)	43
Tabela 7 - Relação da faixa salarial com o nível de educação financeira e o	nível
endividamento (Conclusão)	44

### LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BACEN BANCO CENTRAL DO BRASIL

CCSA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

SPC SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO UFPB UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	17
2.2 ENDIVIDAMENTO	21
2.3 CRÉDITO CONSIGNADO	23
2.4 ESTUDOS ANTERIORES	27
3. METODOLOGIA	31
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA	31
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	31
3.3 PROCEDIMENTOS E COLETA DOS DADOS	31
4. APRESENTAÇÃO E ANALISE DOS RESULTADOS	33
4.1 PERFIS DOS RESPONDENTES	33
4.2 EMPRÉSTIMO E CRÉDITO CONSIGNADO	35
4.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	40
4.4 FAIXA SALARIAL VERSUS EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVI	
POR MEIO DO CRÉDITO CONSIGNADO	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	54

# 1 INTRODUÇÃO

#### 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Cada indivíduo possui uma forma peculiar de organizar suas finanças, no entanto, na sociedade capitalista em que se vive, é preciso ter cuidado para não se tornar um devedor. O crédito consignado se caracteriza como uma modalidade de crédito que oferece baixo risco para quem está emprestando, como também para quem está solicitando, dessa maneira, acaba ofertando uma taxa de juros geralmente inferior em relação às outras modalidades de crédito. Assim, pode se tornar causa de endividamento pessoal e familiar por sua facilidade na contratação e a falta de planejamento por parte do tomador (SOUZA, 2015).

Endividamento significa o saldo devedor de uma pessoa e são os recursos que ela toma emprestado para uso pessoal ou a realização de um investimento de seu interesse (MARQUES; FRADE, 2003). Ou seja, os recursos tomados emprestados são divididos em parcelas a vencer, dessa forma, o endividamento pessoal compreende a quantidade de compromissos parcelados que uma pessoa tem.

Nesse sentido, o endividamento se relaciona diretamente com boa parte dos servidores públicos. O servidor público possui maior facilidade de acesso ao crédito, em virtude de que, para as instituições ofertadoras de crédito, o emprego público ser significado de renda garantida, implicando em um menor risco (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Com isso as instituições veem nos servidores uma segurança maior para liquidação dos créditos por este grupo tomados, diante dessa segurança ofertam o crédito consignado e outras modalidades, tais como o cartão de crédito, cheque especial, empréstimos bancários, entre outros, o que pode ocasionar um elevado comprometimento mensal da renda do servidor (ALVES, 2016).

Oportunamente, se faz necessário esclarecer que existe uma diferenciação entre uma pessoa endividada e uma inadimplente, o endividado consiste no cidadão que tem uma parte do seu provento comprometida em razão da tomada de crédito emprestado e vem cumprindo com sua contraprestação. Por sua vez, o inadimplente é aquele que tomou o crédito emprestado, todavia, não cumpre com sua obrigação da contraprestação, pois perdeu o controle e está com dívidas maiores do que sua capacidade financeira (SPC, 2016).

De acordo com os dados do Banco Central do Brasil (2021), percebe-se que o crédito consignado concedido aos servidores públicos, vem crescendo, com um aumento de 11,5% nos últimos 12 meses considerando o período de fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021.

A modalidade de crédito consignado foi instituída no Brasil, durante o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no ano de 2003, pela lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, tratando-se de uma modalidade de crédito que possui respaldo jurídico para realizar o desconto diretamente na folha de pagamento, tanto nas parcelas de empréstimos tomados por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INS, quanto dos servidores públicos federais.

A regulamentação jurídica para o desconto direto, em folha a favor de terceiros, dos servidores públicos federais está normatizada na Lei 8.112 de 1990 e pelo Decreto 8.690, de 2016.

A Constituição Federal de 1988 define que servidores públicos são todos aqueles que mantêm vínculo de trabalho profissional com os órgãos e entidades governamentais, integrados em cargos ou empregos de qualquer delas, quais sejam: União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

O crédito possibilita que as famílias disponham imediatamente de recursos que não possuem, permitindo uma melhoria das condições ao anteciparem a fruição de determinados bens. No entanto, em troca desse benefício, existe uma contrapartida dos servidores, um sacrifício financeiro por períodos de curto, médio, ou até mesmo, de longo prazo (MARQUES; FRADE, 2003).

Além disso, o servidor público possui maior facilidade de acesso ao crédito, em virtude de que, para as instituições ofertadoras de crédito, o emprego público ser significado de renda garantida, implicando em um menor risco (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Partindo-se do pressuposto de Flores, Vieira e Coronel (2013) o acesso ao crédito está diretamente associada à renda do indivíduo, o servidor público poderia apresentar uma propensão a um maior endividamento, haja vista, a renda fixa garantida e o interesse das instituições financeiras em lhe ofertarem linhas de créditos. Dessa forma, este estudo busca responder a seguinte problemática: **Como** 

se dá o endividamento por meio do crédito consignado dos servidores públicos pertencentes a Universidade Federal da Paraíba?

#### 1.2 OBJETIVOS

## 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral de presente pesquisa é analisar o endividamento por meio do crédito consignado dos servidores públicos pertencentes a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar os principais fatores que influenciam o servidor público da UFPB a buscar o crédito consignado.
- b) Analisar o nível de educação financeira dos servidores públicos da UFPB.
- c) Classificar o nível de educação financeira e o grau de endividamento por meio do crédito consignado por faixa salarial dos servidores públicos da UFPB.

#### 1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo justifica-se, pois os servidores públicos são beneficiados para contratação de crédito em relação as demais pessoas, pois podem obter crédito através dos empréstimos consignados, modalidade de crédito que possui juros menores em relação as demais modalidades, sendo o valor da parcela descontado automaticamente em folha de pagamento, antes mesmo de o salário ficar disponível para a utilização por parte do titular da conta.

Devido a isso, os servidores devem ter cuidado ao contratarem os empréstimos consignados, pois a opção de não pagar ou adiar o pagamento da parcela não existe. Por se tratar de uma garantia com desconto direto em folha, às taxas de juros são consideradas mais baixas e por isso podem levar a práticas de créditos não responsáveis, tanto por parte das instituições financeiras, que podem adotar práticas inadequadas de oferta e renovação do crédito, quanto pelo lado dos

consumidores, pela falta de planejamento na tomada de crédito, o que pode levar ao endividamento excessivo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

De acordo com o boletim publicado pela Comissão Interna de Prevenção de acidentes da Universidade de São Paulo (2017), os servidores públicos do Brasil têm um faixa salarial 40% maior que a média dos trabalhadores da iniciativa privada. Ainda assim, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo, em 2016, 70% dos servidores públicos estavam endividados.

Esta pesquisa é relevante para compreender o endividamento dos servidores públicos, como ele se aplica na realidade e as razões que lhe dão causa, independente da classe econômica que pertença o servidor, bem como, as consequências da ausência de educação financeira, assunto essencial para a formação de qualquer profissional.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Nesta seção serão evidenciadas as referências teóricas relacionadas com o tema pesquisado. Dessa forma, destacar-se nas seguintes perspectivas que direcionarão a abordagem do presente estudo: Educação Financeira, Endividamento, Crédito Consignado.

# 2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Educação financeira pode ser compreendida de diversas maneiras. De acordo com Cordeiro, Costa e Silva (2018, p. 70):

"Na sociedade contemporânea cada pessoa deveria conhecer e entender os métodos e conceitos que regem o sistema financeiro, saber se portar diante de algumas situações para que possa tomar decisões mais assertivas".

Quando se trata de educação, a sociedade brasileira vem evoluindo à passos lentos, paralelo a esse cenário precário, o mercado capitalista se aproveita da fragilidade dos consumidores para atingir números cada vez mais expressivos de vendas. Nesse contexto, Vanderley, Silva e Almeida (2020) dizem que é relevante pensar que o mundo financeiro também foi afetado pela modernização e modificou as relações consumeristas. Portanto, a escola, enquanto instituição de ensino, deve ser o lugar ideal para promover a educação para o consumo (CARVALHO, 1999).

A educação financeira permite o conhecimento de técnicas, por meio de informações e orientações que tornam as escolhas mais conscientes. Assim como, a adoção de ações que aprimoram o bem-estar do indivíduo (SILVA *et al.*,2017). Ademais, um dos pontos mais importantes na educação financeira é o tipo de vida que se pode levar com o que se ganha. Evitar desperdícios é crucial para isso, bem como comprar o que realmente precisa e realizar pesquisas de preços (LEITE, 2012).

Como bem retratado por Leite (2012), nem sempre o que se ganha dá para levar a vida que se quer, principalmente, para as classes mais baixas, cuja atualização salarial não consegue acompanhar o aumento das despesas, tais como alimentação, transporte, combustível, gás, dentre outras que são habitualmente fixas para sobreviver.

Ferreira (2017) explica que a educação financeira não se trata apenas de deixar de comprar o que gosta ou de não fazer a viagem que se quer para guardar dinheiro, consiste em controlar o orçamento, conhecer a dívidas, aprender a investir e então realizar seus sonhos. Melo e Polidorio (2018) corroboram afirmando que distinguir o que é importante e o que pode ser descartado é fundamental para começar a poupar, sendo este um ponto de partida para garantir a saúde financeira.

Diante da difícil tarefa de organização das finanças, torna-se necessário a educação financeira para o mercado, que fica mais desafiante ainda quando não se possui conhecimento sobre os conceitos, produtos financeiros e ferramentas de auxílio no gerenciamento das finanças (LIMA FILHO; SILVA; LEVINO, 2020). Além disso, para garantir um ganho com os valores economizados, é necessário fazer uma autoanálise de acordo com o perfil do investidor antes de realizar investimentos (MELO; POLIDORIO, 2018).

O perfil do investidor pode ser conservador, moderado ou arrojado. A classificação se relaciona com os objetivos e a níveis de aversão a riscos no mercado. Assim, o mercado de capitais proporciona diferentes tipos de investimentos ao investidor, como, por exemplo, títulos do tesouro direto, poupança, fundos de investimento ou ações (BANKING AND TRADING GROUP PACTUAL, 2018).

De acordo com Banco Central do Brasil (2013), destaca-se que:

A educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor.

Outro fator existente é que segundo Cheung e Lucas (2015), intuitivamente, a renda deve ser fortemente ligada à satisfação com a vida porque ela prevê muitos fatores adicionais que se espera que esteja associado ao bem-estar subjetivo. Entende-se que para satisfazer os desejos pessoais, que podem estar relacionados à compra de um bem ou uma viagem, por exemplo, é necessário um desembolso financeiro, portanto para que o mesmo se sinta realizado é necessário que disponha de recursos financeiros para alcançar seus objetivos.

Cada indivíduo pode e deve utilizar a educação financeira como meio para adquirir a qualidade de vida tão cobiçada pelas pessoas em suas vidas. Trata-se de aproveitar os benefícios de se ter um conhecimento financeiro pessoal para estar sempre se aproximando mais da qualidade de vida que se cobiça (FERREIRA, 2017). Em outras palavras, qualidade de vida é um dos objetivos mais cobiçados pela sociedade e a educação financeira pode ser o meio para proporcioná-la.

O SEBRAE, órgão especializado a apoio de micro e pequenas empresas, criou uma cartilha denominada "PESSOA FÍSICA – Planejamento e Controle Financeiro Pessoal", no qual afirma que "o princípio da educação financeira é: saber como ganhar, gastar, poupar e investir seu dinheiro para melhorar a sua qualidade de vida" (SEBRAE, 2013, p. 6). Logo, quando se trata de educação financeira pessoal, os termos Alfabetização Financeira e Educação Financeira são usados como sinônimos. Vale salientar que existem distinções entre essas nomenclaturas.

A alfabetização financeira é conceituada por meio da combinação de três variáveis, sendo: conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro (SHOCKEY, 2002). Por sua vez, a educação financeira está mais relacionada com o conhecimento financeiro que o indivíduo possui. Logo, a alfabetização seria um conceito mais amplo que a educação financeira (HUSTON, 2010).

Segundo Pinheiro (2008), o endividamento e a educação financeira são conceitos atrelados, uma vez que um indivíduo possuidor de conhecimento sobre finanças tem melhores condições de consumir produtos e serviços financeiros de forma mais adequada. Assim, implicando diretamente e positivamente no sistema econômico, reduzindo o descumprimento de obrigações para com os terceiros.

Um dos métodos para controlar as finanças pessoais é fazendo um planejamento financeiro. Cenci, Pereira e Barichello (2015) entendem que "planejamento financeiro é a forma como cada pessoa e/ou família administra seus recebíveis e está relacionado aos objetivos de vida de cada um e/ou grupo familiar". Abreu (2020) coloca quatro pilares para o planejamento financeiro, sendo: Diagnóstico da situação; Estratégia, uma sequência de metas a serem cumpridas; Disciplina para executar o plano e, por fim, inteligência emocional para contornar os obstáculos que surjam no caminho.

O planejamento financeiro requer o desenvolvimento de uma estratégia que auxilie os indivíduos a alcançarem seus objetivos, o ideal seria ter com o dinheiro

uma relação saudável, tratando da organização, fazendo contas, planejando-se, poupando e investindo corretamente (LUZ; AYRES; MELO, 2019).

De acordo com Claudino, Nunes e Oliveira (2009), o planejamento financeiro é um dos pontos mais relevantes para a composição das finanças pessoais, pois contribui para uma estabilidade financeira no futuro. Mediante as pesquisas dos autores Claudino, Nunes e Oliveira (2009), os servidores não obtém um bom desempenho no aspecto planejamento financeiro, a maior fragilidade dos servidores está no nível insuficiente de educação financeira, o que classifica uma necessidade de cursos na área de gestão de recursos pessoais para este público.

#### 2.2 ENDIVIDAMENTO

Ao pesquisar sobre o endividamento, observa-se que o seu conceito não possui uma consenso, por exemplo:

O endividamento representa para os respondentes o produto de contas, gastos, dívidas e obrigações decorrentes da confluência de fatores gerados por ações individuais e/ou externas, resultando em disposições emocionais perniciosas ao indivíduo (CARVALHO; SOUSA; FUENTES, 2017, p . 100).

Por sua vez, Contreras *et al.* (2006) define o endividamento como apenas a utilização do bem, obtido antes do pagamento. Para Picinni e Pinzeta (2014), o endividamento é proveniente do consumismo excessivo. Os indivíduos assumem dívidas, comprometem expressivamente sua renda mensal e acabam não cumprindo com seus compromissos financeiros.

O endividamento tornou-se um fato inerente à atividade econômica, servindo como meio de financiá-la. Cada vez mais os consumidores se endividam para poder consumir produtos e serviços que a mídia vende com a ideia de que é necessário para aceitação social (TEIXEIRA; SONCIN, 2015).

As causas do endividamento podem também estar relacionadas à falta de planejamento financeiro. É comum ver pessoas recebendo seus salários para pagar as contas, em um curto espaço de tempo durante o mês, o salário já foi todo embora (ABREU, 2020).

Ainda no entendimento de Abreu (2020), o autocontrole emocional relacionado aos impulsos consumistas e a falta de discernimento sobre os assuntos financeiros, uma decisão errada nas finanças, seja na forma de investimentos ou na contratação de uma modalidade de empréstimo, pode ter grande repercussão no endividamento.

Em se tratando do endividamento do servidor público, o que preocupa são as outras modalidades que não possuem garantia real, formado por um grupo de despesas obtidas de diversas formas, por meio do cartão de crédito, cheque especial, empréstimos bancários, entre outros, o que pode ocasionar um elevado comprometimento mensal da renda do servidor (ALVES, 2016). Nesse contexto, a predisposição ao endividamento é entendida, por meio de diversas atitudes, seja apresentando uma aceitação do crédito como aspecto central dos padrões de

consumo, ou pelo contrário à sua avaliação como um comportamento econômico evitável (CONTRERAS et al., 2006).

Alves (2016) realizou um estudo com servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e constatou que a maior parte deles comprometem 70% ou mais da sua renda com gastos essenciais. Para Alves (2016), os especialistas apontam que esse tipo de despesa deve ficar em 60%, ou seja, os servidores podem estar comprometendo mais do que o devido com as despesas de subsistência.

Com a expansão da economia, as instituições financeiras estão facilitando o acesso ao crédito, somando isso à conduta pouco responsável e à falta de planejamento, imprescindivelmente leva ao endividamento (SOUZA, 2015). A educação financeira, atrelados com mecanismos como leis de proteção ao consumidor, regulamentação dos empréstimos e do funcionamento dos bancos, financeiras e comércio, é uma ação substancial para conter o problema do sobre endividamento (CLAUDINO et al., 2009).

Após discorrer sobre o endividamento, pode-se evidenciar a transformação do endividamento em inadimplência. O educador financeiro José Vignoli ressalta em cartilha publicada em fevereiro de 2016 pelo SPC Brasil que:

É preciso ter em mente que o parcelamento, embora seja um mecanismo eficiente para comprar aquilo que se tem vontade mais rapidamente, pode comprometer parte da renda do consumidor durante vários meses. O uso indevido, portanto, equivale a uma espécie de "endividamento silencioso"; e quando a pessoa finalmente se dá conta, está em situação financeira temerária, com dívidas maiores do que sua capacidade para quitá-las, podendo certamente ficar inadimplente (SPC, 2016, p. 4).

Segundo Herrera *et al.* (2011), existem dois estilos para o endividamento, o estilo "austero" que é caracterizado por um enfrentamento mais prudente com o endividamento, mantendo sempre uma postura conservadora na gestão e administração dos recursos financeiros, e o estilo "hedonista" que é caracterizado pelo uso do endividamento com mais frequência para a obtenção dos bens e serviços necessários.

Para Luz, Ayres e Melo (2019), a educação financeira é um instrumento crucial para tomada de decisão financeira de qualidade e que está diretamente ligada aos níveis de endividamento, inadimplência e investimento. Nesse sentido, é necessário que haja disciplina nas atitudes diárias e observar quanto dinheiro se perde sem perceber.

# 2.3 CRÉDITO CONSIGNADO

O crédito consignado é o crédito pessoal que é descontado direto em folha (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018), ou seja, antes mesmo de receber o salário a parcela do empréstimo já é debitada do salário. Cita-se na Lei Nº 1.046, de 2 de Janeiro de 1950 "que é permitida a consignação em folha de vencimento, remuneração, salário, provento, subsídio, pensão, montepio, meio-soldo e gratificação adicional por tempo de serviço".

Medeiros, Oliveira e Bender Filho (2018, p. 791) trazem que:

Outra especificidade do crédito consignado está na concessão para segmentos diferenciados, quais sejam: funcionários do setor público, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e funcionários do setor privado. Considerando essa estrutura, de forma geral, observa-se que, em média, o setor público, ao longo de praticamente dez anos, tem representado cerca de 60% do total crédito consignado concedido, os aposentados e pensionistas do INSS perfazem cerca de 31%, enquanto que o restante, aproximadamente 9%, destinou-se ao setor privado.

Além do crédito consignado, existe a opção do cartão de crédito consignado que é um cartão de crédito onde o valor mínimo é cobrado direto na folha de pagamento e o restante é possível pagar por meio de boleto, tendo como um de seus benefícios juros menores no rotativo (SERASA, 2018). Porém, por permitir pagar apenas o mínimo, se essa dívida no cartão não for controlada, no médio e longo prazo, pode haver uma sobrecarga no orçamento.

Em razão da pandemia, houve um acréscimo na margem consignável que antes era de 30% para crédito consignado e 5% para cartão de crédito consignado. A Lei de Nº 14.131, de 30 de março de 2021 alterou para 40%, em que 35% passam a ser de crédito consignado e os 5% permanecem para cartão de crédito consignado. Além disso, essa legislação permite as instituições financeiras concedam uma carência de até 120 dias para o pagamento da primeira parcela. Essas alterações vigoram até 31 de dezembro de 2021.

A comparação da taxa de juros no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018 para diferentes operações de crédito pode ser visualizada na Figura 01:

Figura 1 - Taxas de juros por grupos distintos de operações de crédito

Grupo de operações de crédito	Taxa (% a.a.) <sup>2</sup>	
Modalidades Rotativas	271,0	
Crédito pessoal não consignado sem garantia	111,2	
Crédito pessoal não consignado com garantia	30,5	
Consignado	27,4	
Veículos	24,1	
Imobiliário	9,3	

<sup>1/</sup> As taxas de modalidades rotativas, consignado, veículos e imobiliário foram extraídas do Sistema Gerenciador de Séries Temporais. As demais foram extraídas do Sistema de Informações de Crédito (SCR) e se referem apenas a operações prefixadas.

Fonte: Relatório de Economia Bancária (2018, p. 48)

Conforme apresentado na Figura 1, nota-se que as maiores taxas se dão para os créditos sem garantia, que são as modalidades rotativas e o crédito pessoal não consignado sem garantia. Por sua vez, as modalidades que apresentam garantias têm uma redução significativa da taxa de juros, sendo menores em mais de três vezes quando comparadas as taxas de créditos sem garantia.

Figura 2 – Diferencial de taxas de juros anuais entre grupos distintos de operações de crédito para mesmos tomadores

				ponto percentua
Modalidades rotativas	Crédito pessoal não consignado <u>sem</u> <u>garantia</u>	Crédito pessoal não consignado <u>com</u> <u>garantia</u>	Consignado	Veículos
113,7				
213,9	92,3			
202,7	184,3	29,2		
300,5	104,2	25,7	4,4	
333,7	110,7	24,4	7,0	3,5
	113,7 213,9 202,7 300,5	Modalidades rotativas         consignado sem garantia           113,7         213,9         92,3           202,7         184,3           300,5         104,2	Modalidades rotativas         consignado sem garantia         consignado com garantia           113,7         213,9         92,3           202,7         184,3         29,2           300,5         104,2         25,7	Modalidades rotativas         consignado sem garantia         consignado com garantia         Consignado com garantia           113,7         213,9         92,3           202,7         184,3         29,2           300,5         104,2         25,7         4,4

Fonte: Relatório de Economia Bancária (2018, p. 48).

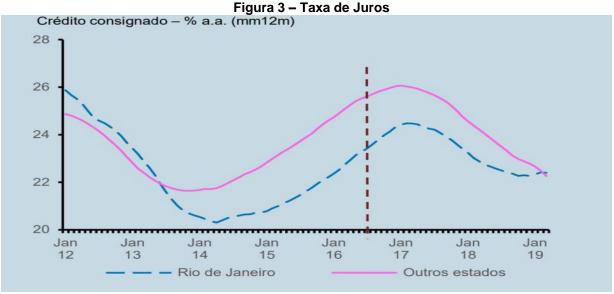
A Figura 2 apresenta a diferença de taxas de juros entre as modalidades, correlacionando a linha com a coluna. Dando ênfase ao consignado, nota-se que a diferença entre o crédito pessoal não consignado sem garantia é de 92,3% e com garantia de 29,2%. Houve redução do custo dos empréstimos para pessoa física diante da possibilidade de consignação em folha de pagamento e que, simultaneamente, permitiu a redução na taxa de juros, aumento do prazo, redução

<sup>2/</sup> Médias mensais do período compreendido entre jan/16 e dez/18.

expressiva do valor das prestações e, portanto, do comprometimento da renda dos tomadores de crédito (MORA, 2015). Ademais, Lira (2014, p. 34) enfatiza que:

As questões levantadas quanto a esse tipo de crédito dizem respeito a real necessidade que as pessoas tem de tomar para si esse crédito, considerando que elas não se dão conta que estão respondendo a estratégias de marketing de uma sociedade de consumo na qual se privilegia e se dá importância a esfera do ter em contrapartida a esfera do ser. A propaganda enganosa também é considerada uma grande aliada daqueles que disponibilizam crédito fácil ao consumidor, o qual não possui educação financeira (crítica), nem mecanismos de proteção perante situações como as facilidades de aquisição desse produto, contratos enganosos, altas taxas de juros, etc. Entretanto, é pacífico o entendimento que o crédito consignado se presta como fator de inclusão social.

Adicionalmente, a Figura 3 a seguir apresenta a evolução da taxa de juros do crédito consignado no estado do Rio de Janeiro (linha azul) e no restante do país (linha rosa). A partir do ano de 2017, essa taxa passou a cair, principalmente, pela queda da taxa Selic, que conforme destaca Mendonça, Dezordi e Curado (2005), é por meio da SELIC que as demais taxas são determinadas.



Fonte: Relatório de Economia Bancária (2018, p. 48)

As taxas de crédito consignado das instituições divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no mês de abril de 2021 têm como menor taxa 0,88% ao mês e como maior taxa 4,47% ao mês, mostrando várias opções de instituições o que permite analisar criteriosamente qual instituição escolher na hora de obter o crédito.

Existe uma operação denominada portabilidade de crédito, que consiste em migrar seu empréstimo para outra instituição. Essa portabilidade permite a redução da taxa de juros, sendo que os bancos oferecem uma taxa menor e é possível que melhores condições de créditos sejam negociadas. A transação é gratuita e só pagará imposto caso o valor não supere o valor da dívida original no banco de origem (BCB, s.d.)

No entendimento de Medeiros, Oliveira, e Bender Filho (2019, p. 160):

O crédito consignado encontra-se em posição singular na estrutura creditícia atual, com regras de concessão e condições de financiamento, por um lado, segura e de baixo risco para as instituições financeiras, usada inclusive como política de estímulo econômico e, por outro, proporciona acesso a renda, aumentando o poder aquisitivo, ainda que transitoriamente, aos agentes demandantes de crédito.

O crédito impulsiona a economia, por meio do aumento do poder de compra da população. Esse aumento expande as atividades produtivas do país, além de multiplicar as transações de mercado (SOUZA, 2015). De acordo com o Banco Central (2021), os servidores públicos devem aproximadamente R\$ 254 milhões aos bancos por meio de empréstimos consignados; volume 9,7 vezes maior que os débitos de trabalhadores da iniciativa privada que se encontra no valor de R\$ 24.920 milhões, seguido de R\$ 167.935 milhões dos beneficiários de INSS.

Alves (2016) identificou em seu estudo que grande parcela dos servidores públicos de uma determinada Universidade utilizam o crédito consignado há mais de 5 anos, 21% no período entre 6 a 10 anos, 15% no período entre 11 a 15 anos e por fim, 24% utilizam o crédito consignado por mais de 15 anos. Para o autor, pode haver um hábito de renegociação por parte dos servidores, que consiste em refazer o empréstimo já existente alongando seu prazo, para que haja uma redução de parcela, podendo também tirar um novo empréstimo com a margem que surge diante da redução da parcela.

Economicamente e financeiramente, não é adequado adquirir empréstimos de forma regular apenas avaliando se a parcela cabe no orçamento. É necessário ponderar a real necessidade do crédito, além de fazer comparações entre propostas de pelo menos duas instituições financeiras e estar ciente dos malefícios e decorrências do uso crédito (SOUZA, 2015).

#### 2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Em relação às pesquisas semelhantes anteriormente realizadas, pode-se perceber uma ênfase na relevância da Educação Financeira para tomada de decisão. Do mesmo modo, é referenciado, a partir de artigos, os conceitos e finalidades dos componentes que integram Educação Financeira.

Analisando os referidos estudos, observou-se que na maioria das pesquisas foram realizados questionários, a fim de medir o grau de conhecimento em educação financeira, assim como, o auxílio dela para tomado de decisão.

No Quadro 1 são elencadas as pesquisas que se assemelham ao tema a ser desenvolvido neste trabalho.

Quadro 1 – Pesquisas sobre Educação Financeira e utilização do Crédito Consignado

Autores/Ano	Título
Claudino, Nunes e Oliveira (2009)	Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública
Alves (2016)	O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Assis, Oliveira e Silva (2018)	Crédito consignado e seu impacto na vida dos aposentados
Dornelles e Juliani (2018)	Endividamento dos Aposentados do Regime Geral da Previdência Social no Brasil: Análise a partir de 2008
Santos (2018)	Educação Financeira: Um Estudo Sobre o Nível de Endividamento dos Guardas Civis Municipais de João Pessoa
Chacon (2019)	Empréstimos Consignados: Um Estudo Junto A Servidores Públicos Do Estado Da Paraíba
Lucena (2019)	Estudo sobre a falta de planejamento financeiro e endividamento de bombeiros militares do estado da Paraíba
Ferreira (2020)	Finanças pessoais: um estudo sobre educação financeira dos servidores públicos da UFPB

Fonte: Elaboração própria (2020)

No Quadro 1 acima, é apresentado um levantamento inicial das pesquisas que possuem o direcionamento para a educação financeira e utilização de crédito consignado. A seguir são apresentadas as principais evidencias desses estudos.

O estudo de Claudino, Nunes e Oliveira (2009) teve como objetivo principal identificar a relação entre o nível de educação financeira e o de endividamento dos servidores técnico administrativos. Como objetivo complementar, buscou-se identificar a necessidade de cursos na área de gestão de recursos pessoais para o público alvo da pesquisa. Os resultados indicaram que o nível de educação

financeira dos servidores é insatisfatório. Houve maior carência de conhecimento em assuntos como: liquidez de investimentos, orientações sobre controle de compras, planejamento financeiro e uso de produtos bancários principalmente o cheque especial.

Já Alves (2016) trouxe como objetivo em seu estudo analisar o crescente índice de endividamento financeiro dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e avaliar a necessidade de implantação de um programa de educação financeira no âmbito da Universidade. Diante dos resultados do autor, foi comprovada a necessidade de desenvolvimento de um conjunto de competências essenciais, projetadas para mudar o comportamento financeiro dos servidores e prepará-los para gerir o seu dinheiro de forma responsável, tornando-os mais felizes e saudáveis mental e financeiramente.

Em paralelo, Assis, Oliveira e Silva (2018) investigaram as razões que levam os aposentados a lançarem mão de um crédito consignado e suas consequências para a qualidade de vida destes. Os autores também buscaram identificar as principais formas de consumo feitas com o crédito, assim como as instituições bancárias que concentram o maior número de consignados. Em seus achados, Assis, Oliveira e Silva (2018) identificaram que a questão do endividamento se apresenta como um dos principais problemas na vida dos aposentados e pensionistas. Foram comuns relatos sobre o arrependimento de terem contraído empréstimo quando se deram conta que, a médio e longo prazo, iriam receber um valor muito pequeno da aposentadoria.

Por sua vez, Dornelles e Juliani (2018) analisaram o endividamento dos aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social no Brasil, no período de 2008 a 2017, o trabalho evidencia que o endividamento dos aposentados está relacionado à solicitação de crédito para o sustento mensal ou para ajudar a família. Parece evidente que, ao pegar empréstimo para as duas razões anteriores, acaba por necessitar sempre de refinanciamentos, reduzindo a margem de empréstimos ao limite e algumas além dele, para pagar contas mensais que tendem a aumentar e são contínuas.

Santos (2018) teve como objetivo principal identificar como se encontra a situação financeira dos guardas civis municipais de João Pessoa. Foi identificado que a maioria possui dívidas com empréstimo e cartão de crédito, sendo que apenas o uso do cheque especial não é comum. No que se trata de Educação Financeira,

50% dos respondentes disseram terem tido contato com alguma orientação acerca da educação financeira já os outros 50% disseram não ter. Percebeu-se que de modo geral, cerca de 70% encontra-se endividado e quanto menor a renda maior o nível de endividamento.

Chacon (2019) trouxe como objetivo geral da pesquisa identificar as razões que levam os servidores públicos do Estado da Paraíba a utilizarem o crédito consignado, e mediante as análises dos resultados, foi percebido que o que leva os servidores públicos a obterem o crédito consignado é a falta de planejamento financeiro e a má gestão do orçamento pessoal. Notou-se, que os mesmos mantêm ativo os refinanciamentos por longos prazos, comprometendo o orçamento de forma familiar e fazendo com que o endividamento já seja parte do recebimento de seus proventos.

Lucena (2019) trouxe em seu estudo o objetivo de analisar a importância da educação financeira para minimizar o endividamento dos bombeiros militares do Estado da Paraíba. Com relação ao endividamento o público investigado possui dívidas, em que grande parte utiliza cartão de crédito e compromete sua renda com empréstimos ou financiamentos. No entanto, ressalta-se que a maioria dos respondentes não é ou foi inadimplente, a faixa de gastos com cartão de crédito são altos, chegando próximo de coincidir faixa de renda individual predominante, apesar de que, grande parte dos respondentes terem o hábito de "pagar as contas em dia". Na seara da educação financeira, expressiva parcela dos militares do Corpo de Bombeiros (80,45%) tivera alguma informação alusiva ao assunto, associada ao planejamento financeiro.

Ferreira (2020) analisou as características do endividamento dos servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba, tendo como objetivos identificar a constituição dos gastos/dívidas dos servidores e analisar o gerenciamento das finanças pessoais dos servidores público. No que tange o endividamento, o autor concluiu que há uma boa saúde financeira dos servidores, porém, 22,68% afirmaram ter contas em atraso, não conseguindo, assim, liquidar os débitos.

O cartão de crédito por sua vez se configurou como principal tipo de dívida pelos servidores, sendo ele mais utilizado pelos respondentes do gênero feminino. A maioria dos entrevistados afirmou fazer o controle de gastos, tendo assim, uma melhor gerência dos recursos. Apenas 16% admitiram possuir um nível baixo de educação financeira. Entretanto, 24,57% dos respondentes admitiram não pesquisar

sobre o referido assunto e 47,41% responderam que raramente leem sobre educação financeira.

Portanto, de acordo com os estudos mencionados, identifica-se a importância da educação financeira na sociedade. Entende-se que o ensino da educação financeira é algo que deve ser praticado desde a infância ou adolescência, no próprio ambiente familiar, todavia, não temos essa prática em nosso país. Neste sentido, esse estudo diferencia-se dos demais, pois busca identificar como se dá o endividamento por meio do crédito consignado dos servidores públicos pertencentes a Universidade Federal da Paraíba.

#### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo da presente pesquisa é analisar o endividamento por meio do crédito consignado dos servidores públicos pertencentes a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Portanto, essa pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como descritiva. De acordo com Gil (2002, p. 27), as "pesquisas descritivas buscam analisar as características de determinada população".

Em relação a abordagem do problema é considerado quantitativa, segundo Marconi e Lakatos (2003) pois, tem como propósito compreender com profundidade o fenômeno estudado, advindos de interpretações das realidades sociais. No que tange aos procedimentos, a presente pesquisa configura-se como levantamento ou *survey*, ou seja, advém de informações solicitadas a um grupo significativo de pessoas para, em consequência mediante a uma análise quantitativa, obter conclusões aos dados coletados (GIL, 2002).

# 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

O público-alvo da pesquisa é constituído por servidores públicos federal pertencentes a Universidade Federal da Paraíba. O número total de servidores da UFPB é de 7.186 servidores com base nas informações de junho de 2021 divulgadas no portal da transparência.

Foram enviados questionários por meio do e-mail dos servidores no qual 101 responderam, esse número equivale a 1,40% do total dos servidores pertencentes a UFPB, porém 40 desses respondentes foram descartados por não se encaixarem no perfil da pesquisa, o período de aplicação foi de 09/06/2021 a 29/06/2021.

#### 3.3 PROCEDIMENTOS E COLETA DOS DADOS

O presente estudo seguiu por duas diretrizes. Uma revisão e pesquisa bibliográfica, dentre as quais, os conceitos necessários ampliaram a compreensão do objeto-problema da pesquisa. Enquanto que em um segundo momento, foi feito, um levantamento e uma análise dos dados de forma quantitativa para a verificação

se a hipótese da pesquisa, por meio dos objetivos gerais e específicos do são válidas (MARCONI; LAKATOS, 2003).

De acordo com a referente divisão metodológica acima, os conceitos e fundamentações teóricas, já expressas no desenvolvimento do presente trabalho, demonstram que os índices de endividamento pessoal, do funcionalismo público, de maneira geral, se deram tanto pela facilidade na obtenção de crédito como com a má estruturação pedagógica a respeito de uma educação financeira que os servidores públicos deveriam ter.

Contudo, ainda não podemos concluir que somente estes dois fatores são necessários para a comprovação do endividamento do servidor público. O que nos leva a compreensão e interpretação dos dados que foram coletados.

Os dados foram coletados por meio da plataforma *google* formulários e enviados via e-mail para as direções de centros. A partir das respostas oferecidas pelo preenchimento do instrumento de análise, os dados foram tratados no programa de planilhas eletrônicas Excel, e dos resultados extraídos deste *software*, foi feito sua análise.

Por meio do questionário (Apêndice A), contendo perguntas objetivas que permitam identificar o perfil socioeconômico e familiar do respondente e também mensurar a propensão ao endividamento por meio do crédito consignado bem como o nível de educação financeira dos servidores.

O questionário foi composto por 35 questões, dividido em 4 partes, são elas: identificação; faixa salarial pessoal e orçamento familiar; empréstimo e crédito consignado e educação financeira. Selecionamos o questionário construído por Leite Neto *et al.* (2019) o qual adaptamos para a nossa pesquisa.

# 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico apresentam-se os resultados obtidos com a aplicação do questionário destinados aos servidores públicos da Universidade Federal da Paraíba.

#### 4.1 PERFIS DOS RESPONDENTES

Na aplicação da pesquisa, foram obtidos um total de 101 respostas, onde 40 delas foram descartadas deste estudo por não se encaixarem no perfil da pesquisa. Para caracterização do perfil dos servidores, foram elaboradas questões que identificam gênero, faixa etária, núcleo familiar e grau de instrução.

Dos 61 respondentes, 31 são do sexo feminino e 30 do sexo masculino, esse resultado se contrapõe ao estudo de Alves (2016) onde ele buscou analisar o crescente índice de endividamento financeiro dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e 58% dos seus respondentes eram do sexo masculino.

Constata-se que a faixa etária está em sua maior parte entre 30 a 40 anos com 34,4% ao passo que os 8,2% dos respondentes são maiores que 60 anos. A pesquisa se assemelha aos resultados encontrados por Ferreira (2021) que teve como maioria dos seus respondentes servidores na idade entre 30 e 42 anos, num total de 36,85% da população analisada.

Verifica-se que o número de pessoas que constituem o núcleo familiar está entre 3 a 4 (47,5%), em seguida de 1 a 2 (36,1%), bem como em 52% das famílias 2 membros contribuem com o orçamento familiar, seguido de 44,3% quando trata-se de 1 contribuinte por família. Com base nos resultados de Chacon (2019) relacionado aos servidores públicos do estado da Paraíba, percebe-se também que a maioria da família dos pesquisados é composta por 3 ou 4 membros, bem como 2 pessoas são responsáveis pelo sustento da família.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), a proporção de famílias com um filho corresidente aumentou de 34,4% em 2005 para 38,1% em 2015 enquanto a proporção de famílias com 2 filhos corresidindo com o(s) progenitor(es) a proporção foi estável de 36,5% para 34,4% no mesmo período.

Quando se trata da faixa salarial bruta, 32,8% dos respondentes possuem renda acima de R\$ 11.500,00; 27,9% possuem uma renda até R\$ 6.000,00; 21,3% possuem uma renda entre de R\$ 6.000,00 e R\$ 9.000,00; e 18% possuem uma renda entre R\$ 9.000,00 e R\$ 11.500,00.

Divergindo dos dados encontrados, Santos (2018) realizou seu estudo embasado no nível de endividamento dos guardas civis municipais de João Pessoa, analisou-se que a maior parte está na faixa de 1 a 3 salários mínimos, sendo o percentual de 51,79% e em seguida o maior percentual é na faixa de 4 a 6 salários mínimos sendo de 43,45%, de 7 a 10 salários mínimos são apenas 4,16% e acima de 11 salários mínimos são menos de 1%.

Em relação ao grau de instrução 42,6% dos respondentes possuem doutorado, 6,6% Pós Doutorado, 21,3 % Graduação ou Mestrado e 8,2% apenas o ensino médio. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em um estudo feito de 1986 a 2017 divulgou que no nível federal, os vínculos com nível superior completo aumentaram de 26% para 49%, o que retrata o movimento de qualificação no setor público federal não somente por novos recrutamentos, mas por políticas de capacitação das pessoas já contratadas.

Referente ao tempo de atuação profissional, 70,5% possuem mais de 10 anos na instituição. Dos 61 respondentes tivemos respostas de 19 servidores do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 14 do Centro de Ciências Agrárias e Educação; 11 do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias; 8 do Centro de Tecnologia; 4 do Centro de Ciências da Saúde; 2 da Tv Universitária; 1 do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; 1 da Superintendência de Tecnologia da Informação e 1 da Pró-Reitoria de Atenção e Promoção ao Estudante.

# 4.2 EMPRÉSTIMO E CRÉDITO CONSIGNADO

Nesta seção serão abordadas as atitudes relacionadas ao empréstimo e crédito consignado. Conforme a Tabela 1 que evidencia os dados coletados, onde (N) representa a quantidade de respondentes e (%) a porcentagem de apresentação referente aos pesquisados.

Tabela 1 – Itens referentes ao empréstimo consignado (Continua)

10	Quantos empréstimos em consignado você já realizou até o momento?	N	%
10	1	10	16.4
11	2		
Mais de 5	3		
5       3       4,9         Mais de 5       19       31,7         Não lembro       1       1,6         Nenhum       0       0         Quantos empréstimos em consignado você possui atualmente?       N       %         1       25       41         2       7       11,5         3       4       6,6         4       6,6       9,8         4       6,6       1       1,6         5       5       8,2       1,6         Mais de 5       5       8,2       8,2         Naio lembro       0       0       0         Nenhum       13       21,3         Qual dos motivos abaixo levou você a contrair empréstimo consignado?       N       %         Aquisição de um imóvel       11       18         Aquisição de um veículo       17       27,9         Abrir um negócio       0       0         Doença       1       1,6         Pagar dívidas       20       32,8         Complementar o orçamento familiar       2       3,3         Dutros       10       16,4         Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a c	4		11,5
Mais de 5       19       31,**         Não lembro       1       1,6         Nenhum       0       0         Quantos empréstimos em consignado você possui atualmente?       N       %         1       25       41         2       7       11,5         3       6       9,8         4       6,6       9,8         4       6,6       1         5       8,2       1         Não lembro       0       0         Nenhum       13       21,3         Qual dos motivos abaixo levou você a contrair empréstimo       N       %         consignado?       N       %         Aquisição de um inóvel       11       18         Aquisição de um veículo       17       27,9         Abrir um negócio       0       0         Doença       1       1,6         Pagar dívidas       20       32,8         Complementar o orçamento familiar       2       3,3         Dutros       10       16,4         Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam os eservidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes os eservidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes os eservidor a contrair empréstimo consignad	5		,
Não lembro       1       1,6         Nenhum       0       0         Quantos empréstimos em consignado você possui atualmente?       N       %         1       25       41         2       7       11,5         3       6       9,8         4       6,6       9,8         4       6,6       1       1,6         Mais de 5       5       8,2         Não lembro       0       0       0         Nenhum       13       21,3         Qual dos motivos abaixo levou você a contrair empréstimo       1       1,6         Nenhum       13       21,3         Qual dos motivos abaixo levou você a contrair empréstimo       1       1,8         Aquisição de um imóvel       11       18         Aquisição de um veículo       17       27,9         Abrir um negócio       0       0         Doneça       1       1,6         Pagar dívidas       20       32,8         Complementar o orçamento familiar       2       3,3         Dutros       10       16,4         Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes observidor a contrair	Mais de 5		31,1
Nenhum	Não lembro		
1	Nenhum	0	
11,5	Quantos empréstimos em consignado você possui atualmente?	N	%
6 9,8 4 6,6 5 1 1,6 Mais de 5 5 8,2 Não lembro 0 0 0 Nenhum 13 21,3  Qual dos motivos abaixo levou você a contrair empréstimo consignado?  Aquisição de um imóvel 11 18 Aquisição de um veículo 17 27,9 Abrir um negócio 0 0 Doença 1 1,6 Pagar dívidas 20 32,8 Complementar o orçamento familiar 2 3,3 Outros 10 16,4 Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes N % conderam selecionar mais de uma alternativa).  Facilidade para contrair empréstimo Salário insuficiente para pagar despesas 25 41 50,8 Salário insuficiente para pagar despesas 25 41 61,9 Falta de controle nos gastos 3 4,9	1	25	41
4	2	7	11,5
1	3	6	9,8
Mais de 5       8,2         Não lembro       0       0         Nenhum       13       21,3         Qual dos motivos abaixo levou você a contrair empréstimo consignado?       N       %         Aquisição de um imóvel       11       18         Aquisição de um veículo       17       27,9         Abrir um negócio       0       0         Doença       1       1,6         Pagar dívidas       20       32,8         Complementar o orçamento familiar       2       3,3         Outros       10       16,4         Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes os pouderam selecionar mais de uma alternativa).       N       %         Facilidade para contrair empréstimo       31       50,8       50,8       51       31       50,8       51       31       50,8       51       31       4,9       34,4       4,9       31       4,9       4,9	4	4	6,6
Não lembro       0       0         Nenhum       13       21,3         Qual dos motivos abaixo levou você a contrair empréstimo consignado?       N       %         Aquisição de um imóvel       11       18         Aquisição de um veículo       17       27,9         Abrir um negócio       0       0         Doença       1       1,6         Pagar dívidas       20       32,8         Complementar o orçamento familiar       2       3,3         Outros       10       16,4         Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa).       N       %         Facilidade para contrair empréstimo       31       50,8         Salário insuficiente para pagar despesas       25       41         Falta de controle nos gastos       21       34,4         nfluência de terceiros       3       4,9	5	-	1,6
Nenhum 13 21,3  Qual dos motivos abaixo levou você a contrair empréstimo consignado?  Aquisição de um imóvel 11 18  Aquisição de um veículo 17 27,9  Abrir um negócio 0 0  Doença 1 1,6  Pagar dívidas 20 32,8  Complementar o orçamento familiar 2 3,3  Outros 10 16,4  Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa).  Facilidade para contrair empréstimo 31 50,8  Salário insuficiente para pagar despesas 25 41  Falta de controle nos gastos 3 4,9  nfluência de terceiros 3 4,9	Mais de 5	5	8,2
Qual dos motivos abaixo levou você a contrair empréstimo consignado?N%Aquisição de um imóvel1118Aquisição de um veículo1727,9Abrir um negócio00Doença11,6Pagar dívidas2032,8Complementar o orçamento familiar23,3Outros1016,4Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes ouderam selecionar mais de uma alternativa).N%Facilidade para contrair empréstimo3150,8Salário insuficiente para pagar despesas2541Falta de controle nos gastos2134,4nfluência de terceiros34,9	Não lembro	-	-
Consignado?         N         %           Aquisição de um imóvel         11         18           Aquisição de um veículo         17         27,9           Abrir um negócio         0         0           Doença         1         1,6           Pagar dívidas         20         32,8           Complementar o orçamento familiar         2         3,3           Outros         10         16,4           Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa).         N         %           Facilidade para contrair empréstimo         31         50,8           Salário insuficiente para pagar despesas         25         41           Falta de controle nos gastos         21         34,4           nfluência de terceiros         3         4,9	Nenhum	13	21,3
Aquisição de um imóvel 11 18 Aquisição de um veículo 17 27,9 Abrir um negócio 0 0 0 Doença 1 1,6 Pagar dívidas 20 32,8 Complementar o orçamento familiar 2 3,3 Outros 10 16,4 Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes N % worderam selecionar mais de uma alternativa).  Facilidade para contrair empréstimo 31 50,8 Salário insuficiente para pagar despesas 25 41 Falta de controle nos gastos 31 4,9		N	%
Aquisição de um veículo  Abrir um negócio  Doença  Pagar dívidas  Complementar o orçamento familiar  Outros  Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes para contrair empréstimo  Facilidade para contrair empréstimo  Salário insuficiente para pagar despesas  Falta de controle nos gastos  nfluência de terceiros  17 27,9 0 0 0 0 0 0 0 11,6 12,6 13,3 15,8 15,8 15,8 15,8 15,8 15,8 15,8 15,8	•		
Abrir um negócio  Doença  Pagar dívidas  Complementar o orçamento familiar  Outros  Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes Nomblementar empréstimo consignado? (Os respondentes Nomblementar empréstimo consignado? (Os respondentes Nomblementar empréstimo Salário insuficiente para pagar despesas  Facilidade para contrair empréstimo  Salário insuficiente para pagar despesas  Falta de controle nos gastos  10 16,4  10 16,4  11 1,6  12 3,3  13 16,4  14 16,4  15 16,4  16 17 17 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18 18			
Doença 1 1,6 Pagar dívidas 20 32,8 Complementar o orçamento familiar 2 3,3 Outros 10 16,4 Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes N % ouderam selecionar mais de uma alternativa). Facilidade para contrair empréstimo 31 50,8 Salário insuficiente para pagar despesas 25 41 Falta de controle nos gastos 21 34,4 nfluência de terceiros 3 4,9			,
Pagar dívidas Complementar o orçamento familiar Coutros Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa).  Facilidade para contrair empréstimo Salário insuficiente para pagar despesas Falta de controle nos gastos nfluência de terceiros  20 32,8 32,8 33,3 10 16,4 7 8 8 8 9 8 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9 9		0	
Complementar o orçamento familiar  Outros  Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa).  Facilidade para contrair empréstimo  Salário insuficiente para pagar despesas  Falta de controle nos gastos  nfluência de terceiros  2 3,3  10 16,4  %  %  50,8  41 34,4  31 50,8  32 34,4	Doença	•	
Outros 10 16,4  Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa).  Facilidade para contrair empréstimo 31 50,8  Salário insuficiente para pagar despesas 25 41  Falta de controle nos gastos 21 34,4  nfluência de terceiros 3 4,9			,
Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa).  Facilidade para contrair empréstimo 31 50,8 Salário insuficiente para pagar despesas 25 41 34,4 fufluência de terceiros 3 4,9			
servidor a contrair empréstimo consignado? (Os respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa).  Facilidade para contrair empréstimo Salário insuficiente para pagar despesas Falta de controle nos gastos nfluência de terceiros  N % Salário (Os respondentes po servicional pagar despesa) 31 50,8 41 34,4 34,4		10	16,4
Facilidade para contrair empréstimo Salário insuficiente para pagar despesas Falta de controle nos gastos nfluência de terceiros  31 50,8 41 34,4 34,9			
Facilidade para contrair empréstimo 31 50,8 Salário insuficiente para pagar despesas 25 41 Falta de controle nos gastos 21 34,4 nfluência de terceiros 3 4,9		N	%
Salário insuficiente para pagar despesas 25 41 Falta de controle nos gastos 21 34,4 nfluência de terceiros 3 4,9		31	50.8
Falta de controle nos gastos 21 34,4 Influência de terceiros 3 4,9	·	_	,
nfluência de terceiros 3 4,9			
,			,
	Outros	17	27,9

Tabela 2 – Itens referentes ao empréstimo consignado (Conclusão)

Tabeia 2 – Itens referentes ao emprestimo	consignado (Co	onciusao)
Qual o porcentual do seu salário que o empréstimo	N	%
consignado compromete?		
Menos de 5%	4	6,6
De 5% a 10%	5	8,2
De 11% a 15%	11	18
De 16% a 20%	7	11,5
De 21% a 25%	7	11,5
De 26% a 30%	7	11,5
Mais de 30%	11	18
Não tenho empréstimo consignado atualmente	9	14,8
Quanto tempo você acredita que vai levar para você	N	%
pagar o seu(s) empréstimo(s) consignado?		
Até 2 anos	15	24,6
Entre 2 a 4 anos	12	19,7
Entre 4 a 6 anos	6	9,8
Acima de 6 anos	17	27,9
Não tenho empréstimo consignado atualmente	11	18
Você já fez portabilidade de crédito consignado?	N	%
Sim, para redução de taxa	15	24,6
Sim, para redução de taxa e receber um valor a mais	19	31,1
Não	27	44,3
Você já fez renegociação de empréstimo consignado para reduzir a taxa de juros?	N	%
Sim	32	52,5
Não	29	47,5
Você já fez renegociação de empréstimo	20	71,0
consignado alongando o prazo para reduzir a	N	%
parcela?	14	70
Sim	19	31,1
Não	42	68,9
Você já fez renegociação de empréstimo		·
consignado para receber um valor a mais?	N	%
Sim	32	52,5
Não	29	·
	29	47,5
Após quitar o(s) empréstimo(s) consignado, você pretende caso haja necessidade contrair outro(s)?	N	%
Sim	26	42,6
Não	35	57,4
Você possui outra modalidade de crédito? (Os		_
respondentes puderam selecionar mais de uma alternativa)	N	%
Crédito Pessoal	10	16,4
Cartão de Crédito	55	90,2
Financiamento de Veículos	11	18
Financiamento de Imóveis	17	27,9
Cheque Especial	26	42,6
Outros	1	1,6
Você Conhece e ou utiliza o cartão de crédito		· · ·
consignado?	N	%
Conheço, mas não utilizo	18	29,5
Conheço e utilizo	4	6,6
Não conheço	39	63,9
O empréstimo consignado conseguiu resolver a situação pela qual você realizou?	N	%
Sim	51	83,6
Não	10	16,4
INGO	10	10,4

Fonte: Dados da pesquisa, (2021).

Analisando a quantidade de empréstimos já realizados, 31,1% informaram ter contraído mais de 5 empréstimos, 18% apenas 3 empréstimos e 16,4% só contraíram 1 empréstimo, atualmente 41% dos respondentes possuem apenas 1 empréstimo consignado e 8,2% possuem mais de 5 empréstimos consignados ativos. Dados do Banco Central do Brasil (2018) coadjuvam expondo que o crédito consignado vem crescendo, possuindo, em média 2,5 contratos por servidor público.

Em se tratando dos motivos pelos quais os indivíduos contraíram o empréstimo consignado, 32,8% dos respondentes afirmaram ter contraído o crédito para pagar dívidas, 27,9% para aquisição de um veículo contra 3,3% que deram como causa a complementação do orçamento familiar. Alves (2016) explica que o crédito consignado é de utilização constate por meio dos servidores, tanto para obter bens e serviços, quanto para pagar compromissos vigentes, proveniente de outros empréstimos.

Na visão geral dos servidores, os principais motivos que os levam a contrair o empréstimo consignado é a facilidade do crédito, que obteve 50,8% das respostas, 41% acreditam ser salário insuficiente para pagar as despesas e apenas 4,9% supõem ser por influência de terceiros.

Para contribuir com os dados acima, Moura, Oliveira e Silva (2018) realizaram em seu estudo uma análise acerca do crédito consignado e seu impacto na vida dos aposentados, através disso concluiu-se que o empréstimo consignado que se manifesta envolto no discurso do direito, do acesso ao crédito fácil se torna, também, um problema na vida dos aposentados e pensionistas, pois influencia o processo de endividamento e desestabilização das condições de vida.

O percentual do salário ao qual a parcela do empréstimo compromete, 11 dos respondentes para mais de 30%, 11 dos respondentes na faixa de 11% a 15% e 4 dos respondentes para menos de 5%. Quando se trata do tempo que os servidores levaram para pagar seus empréstimos, 27,9% acreditam que passarão mais de 6 anos para quitá-los, já 24,6% acreditam que só passarão 2 anos para sanar a dívida.

O estudo de Lopes (2018) que buscou analisar as razões que levam os servidores públicos a utilizarem o crédito consignado, bem como suas percepções sobre os impactos deste no orçamento familiar, se opõe aos dados encontrados acima, que trouxe a informação de que 23,8% dos entrevistados informaram que estava na faixa de 2% a 10% de comprometimento do salário e 23,1% informaram

que o desconto era na faixa de 26% a 30% e somente uma pessoa (0,7%) respondeu que uma alíquota na faixa de 31% a 35% foi descontada no seu salário.

No quesito portabilidade do crédito, 31,1% dos servidores informaram ter feito portabilidade para redução da taxa e para receber um valor a mais, já 24,6% informaram que fizeram a portabilidade apenas para redução do custo do seu empréstimo.

Por sua vez, quando se trata de renegociação dentro da própria instituição, 52,5% informaram ter feito renegociação para redução da taxa de juros, 31,1% disseram já ter feito renegociação para alongar o prazo e reduzir a parcela e 52,5% informaram já ter feito renegociação para receber um valor a mais.

Sobre as circunstâncias acima, Leite Neto (2019) corrobora trazendo que as condutas de fomento ao refinanciamento, renegociação ou portabilidade dos empréstimos proporcionaram um aumento do número de parcelas para novas contratações, assim, a ampliação do tempo para o pagamento das parcelas levou muitos docentes ao comprometimento de parte da remuneração com os Bancos e financeiras por longo período.

Quanto às outras modalidades de crédito que os servidores possuem, 90,2% informou usar o cartão de crédito, 42,6% utiliza o cheque especial e apenas 16,4% utiliza o crédito pessoal.

No tocante à utilização do cartão de crédito, os consumidores consideram as datas de vencimento e a ligação lucro-risco, o que aponta um uso mais prudente do parcelamento do crédito rotativo, o uso dele está fortemente ligado ao autocontrole, o que sugere que a falta de disciplina expõe o indivíduo ao uso do crédito rotativo (SANTANA & FUNCHAL, 2019).

Já quando se trata da utilização do cartão de crédito consignado 63,9% não conhecem a modalidade e apenas 6,6% conhecem e utilizam o mesmo. A Lei 13.172/2015 permitiu a criação e regulamentação do produto de cartão de crédito consignado, o qual só 5% do salário pode ser destinado a ele, segundo Gonçalves (2019) a modalidade passou a ser massivamente ofertada ao mercado de consumo, por se tratar de um produto novo, não se tem conhecimento aprofundado sobre a operação.

Verificando os profissionais vemos que 83,6% afirmaram que conseguiram resolver a situação pela qual realizou a operação, e 57,4% dos respondentes disseram não pretender realizar outro empréstimo após quitar o atual. O dado é um

indicativo de que o crédito está sendo utilizado de forma mais consciente, pois em sua maioria dos casos estão resolvendo as questões ao qual levaram a contrair o empréstimo e consecutivamente evitando novos créditos e/ou renegociações.

Na tabela a seguir evidenciamos alguns itens relacionados às percepções do crédito consignado por parte do servidor público, conforme a tabela 3 que evidencia os dados coletados, onde (N) representa a quantidade de respondentes e (%) a porcentagem de apresentação referente aos pesquisados. Para isso foi utilizada a escala *likert* que possuía grau de nuance de 1 a 5 entre discordo totalmente a concordo totalmente.

Tabela 3 – Itens relacionados as percepções do crédito consignado

Itens		Discordo Totalmente		Discordo		Neutro		Concordo		Concordo Totalmente	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
1	19	31,1	6	9,8	24	39,3	10	16,4	2	3,3	
2	19	31,1	9	14,8	11	18	14	23	8	13,1	
3	4	6.6	1	1.6	4	6.6	7	11.5	45	73.8	

**Nota:** 1 - Usar crédito consignado me permite ter uma melhor qualidade de vida? 2 - O uso do crédito consignado é uma parte essencial do estilo de vida atual do servidor público? 3 - O uso do crédito consignado pode se tornar algo perigoso?

Fonte: Dados da pesquisa, (2021).

Quando questionados sobre a utilização do crédito consignado atrelado a melhor qualidade de vida, 39,3% são neutros mediante a situação, já 31,1% discordam totalmente e 3,3% concorda totalmente, já o uso do crédito consignado como parte essencial do estilo de vida atual do servidor teve 31,1% dos respondentes que discordam totalmente da circunstância, 23% concordam parcialmente e 13,1% concordam totalmente.

Na questão da utilização do crédito consignado se tornar algo perigoso, 73,8% concordam totalmente com a alegação e 6,6% discordam totalmente. Em se tratando da utilização do crédito consignado, Silva e Gois (2021) apontam que a oportunidade de desfrutar da impressão, mesmo que no curto prazo, de ampliar tanto a renda disponível quanto o poder de compra visando suprir as necessidades financeiras e até mesmo consumir aquilo que se almeja, fez com que o crédito consignado representasse uma opção cativante para boa parte da sociedade, sobretudo para os servidores públicos federais.

# 4.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Neste tópico serão apresentados os resultados relacionados a educação financeira pessoal sob a ótica e práticas do servidor público, conforme a Tabela 4 que evidencia os dados coletados, onde (N) representa a quantidade de respondentes e (%) a porcentagem de apresentação referente aos pesquisados.

Tabela 4 - Itens referentes à educação financeira

Itens		0/
Você costuma fazer alguma reserva financeira?	N	%
Sim, costumo	32	52,5
Não tenho costume	29	47,5
Qual o percentual abaixo você costuma guardar do seu salário?	N	%
Até 10%	20	32,8
Até 20%	9	14,8
Até 30%	2	3,3
Acima de 30%	1	1,6
Não costumo guardar	29	47,5
Em relação a educação financeira você se enquadra em qual nível?	N	%
Ótimo	5	8,2
Bom	14	23
Regular	24	39,3
Ruim	11	18
Péssimo	7	11,5
Você costuma fazer algum controle dos seus gastos? (Os respondentes	N	%
puderam selecionar mais de uma alternativa)	10	10.1
Não realizo	10	16,4
Caderno de anotações	20	32,8
Planilhas eletrônicas	22	36,1
Extrato bancário	11	18
Fatura de cartão de crédito	20	32,8
Comprovante cartão de débito	4	6,6
Aplicativos	6	9,8
Outros	4	6,6
Antes de adquirir algum tipo de empréstimo, você realiza algum planejamento financeiro?	N	%
Sim	44	72,1
Não	17	27,9

Fonte: Dados pesquisa, (2021).

Neste tópico foi evidenciado o conhecimento e a prática de educação financeira dos servidores, a começar pelo hábito da reserva financeira por parte dos respondentes, onde 47,5% afirmam não fazer nenhuma reserva, dos 32 que afirmaram fazer alguma reserva, 20 deles afirmam guardar até 10% da sua remuneração, e apenas 1 costumam guardar acima de 30% do salário.

Silva (2018) elaborou um estudo que buscou investigar as práticas de gestão financeira pessoal adotadas por servidores públicos municipais efetivos, lotados na

Prefeitura Municipal de Sousa/PB. Os seus resultados opõem-se aos explanados acima, no quesito investimentos em sua pesquisa 75,44% afirmam não possuir investimentos, dentre os 28 servidores que afirmam possuir investimentos, a Caderneta de Poupança é o tipo mais utilizado com 67,86%, seguido de outros investimentos 25,00% e Imóveis 21,43%.

No tocante, quando se trata do nível de educação financeira, 39,3% dos respondentes se intitulam com um nível regular e apenas 8,2% com um nível ótimo. Em uma análise feita com o objetivo de construir e validar um indicador de educação financeira constatou-se que nas estatísticas obtidas, em sua maioria, de maneira geral, os itens têm maior capacidade de discriminar os indivíduos com educação financeira abaixo da média do que os indivíduos com proficiência acima da média (VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019).

Adentrando ao planejamento financeiro, 36,1% dos servidores afirmaram fazer controle dos seus gastos por meio de planilha eletrônica, 32,8% afirmaram fazer esse controle através de caderno de anotações e fatura do cartão de crédito, enquanto 16,4% afirmaram não realizar nenhum controle.

Esses dados se assemelham ao estudo realizado por Sousa (2018) que buscou entender práticas adotadas pelos discentes de graduação em administração da Universidade Federal de Campina Grande UFCG, o maior resultado encontrado foi de 27,8% onde os entrevistados também utilizam caderno de anotações e 14,2% dos respondentes não fazem nenhum registro ou controle dos seus gastos.

Antes de adquirir algum tipo de empréstimo 72,1% afirmam fazer algum planejamento financeiro. Para confrontar com os dados anteriores, Silva e Gomes (2018) buscaram verificar o conhecimento acerca do gerenciamento dos recursos financeiros pessoais para os servidores lotados no CCSA do campus I da UFPB e apresentaram que 45% dos entrevistados concordam totalmente que só realizam um novo empréstimo caso já tenha quitado o anterior.

Ao fazer um planejamento financeiro é possível ter um controle sobre sua situação financeira e conseguir enxergar maneiras de resolver eventuais situações extraordinárias, realocando os seus recursos ou recorrendo a recursos de terceiros (Silva et *al.*, 2014).

Na tabela a seguir trazemos alguns itens relacionados ao controle financeiro por parte do servidor público, conforme a Tabela 5 que mostra os dados coletados, onde (N) representa a quantidade de respondentes e (%) a porcentagem de

apresentação referente aos pesquisados. Para isso foi utilizada a escala *likert* que possuía grau de nuance de 1 a 5 entre discordo totalmente a concordo totalmente.

Tabela 5 - Controle Financeiro

Itens	Discordo Totalmente		Dis	scordo	Neut	ro	Concordo			Concordo Totalmente	
_	N	%	N	%	Neutro	%	N	%	N	%	
1	2	3,3	2	3,3	16	26,2	11	18	30	49,2	
2	0	0	3	4,9	6	9,8	4	6,6	48	78,7	
3	1	1,6	1	1,6	5	8,2	10	16,4	44	72,1	
4	1	1,6	2	3,3	4	6,6	5	8,2	49	80,3	

**Nota:** 1- Na sua opinião, é preferível pagar sempre a vista? 2- Na sua opinião, é importante pagar as dívidas o quanto antes possível? 3- Para você é importante viver de acordo com o dinheiro que se ganha? 4- Tenho que ter muito cuidado ao gastar o dinheiro que eu possuo?

Fonte: Dados da pesquisa, (2021)

Ao tratar de parcelamentos, 49,2% concordam totalmente de que é preferível pagar sempre a vista, já 26,2% são neutros quanto a essa hipótese e 72,1% dos entrevistados concordam totalmente que é importante pagar as dívidas o quanto antes.

Em contraste a esse resultado, Resende e Costa (2017) analisaram o planejamento financeiro dos alunos do curso de Administração de uma instituição de Ensino Superior em Monte Carmelo-MG no ano de 2015 e constataram que 72,89% dos respondentes utilizam o cartão de crédito e crediário para a realização de compras a prazo enquanto apenas 17,76% só compram a vista.

No sentido do controle financeiro pessoal, 78,7% concordam totalmente que é importante viver de acordo com o dinheiro que se ganha e 80,3% concordam totalmente que devem ter muito cuidado com o dinheiro que possuem.

Silva (2020) debateu sobre a educação financeira e como adquirir este conhecimento pode aumentar a qualidade de vida das pessoas, de acordo com seus resultados obtidos, 56% da amostra afirma que a principal função da educação financeira é adquirir hábitos financeiros racionais. A falta de controle das finanças pode acarretar na tomada de decisão ludibriada, tendo como exemplo o fato de gastar mais do que se ganham, acarretando assim possíveis consequências negativas em suas vidas (Rizzatti, 2019).

# 4.4 FAIXA SALARIAL VERSUS EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO POR MEIO DO CRÉDITO CONSIGNADO

Neste tópico serão expostos os resultados relacionados a relação da renda do servidor com o nível de educação financeira e o nível do endividamento por meio do crédito consignado, conforme a Tabela 6 que mostra os dados coletados, onde (N) representa a quantidade de respondentes e (%) a porcentagem de apresentação referente aos pesquisado.

Tabela 6 – Relação da faixa salarial com o nível de educação financeira e com o nível de endividamento (Continua)

FAIXA SALARIAL	NIVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	N	%	FAIXA DE DESCONTO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO SALÁRIO	N	%
	ÓTIMO	2	11,76	< 5%	0	0,0
	ВОМ	3	17,65	5 - 10%	2	11,8
	REGULAR	9	52,94	11 - 15%	1	5,9
D¢ 2 000 00 -	RUIM	2	11,76	16 - 20%	2	11,8
R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00	PÉSSIMO	1	5,882	21 - 25%	4	23,5
	TOTAL	17	100	26 - 30%	1	5,9
				> 30%	3	17,6
				Não tem	4	23,5
				TOTAL	17	100,0
	ÓTIMO	1	7,692	< 5%	1	7,69
	ВОМ	2	15,38	5 - 10%		0
	REGULAR	3	23,08	11 - 15%	2	15,4
D# 0 004 00 -	RUIM	3	23,08	16 - 20%	1	7,69
R\$ 6.001,00 a R\$ 9.000,00	PÉSSIMO	4	30,77	21 - 25%		0
	TOTAL	13	100	26 - 30%	4	30,8
				> 30%	4	30,8
				Não tem	1	7,69
				TOTAL	13	100

Tabela 7 – Relação da faixa salarial com o nível de educação financeira e com o nível de endividamento (Conclusão)

		CIII	aividaiii	ento (Conclusão)		
	ÓTIMO	2	18,18	< 5%	1	9,09
	ВОМ	1	9,091	5 - 10%		0
	REGULAR	5	45,45	11 - 15%	4	36,4
D# 0 004 00 -	RUIM	3	27,27	16 - 20%	2	18,2
R\$ 9.001,00 a R\$ 11.150,00	PÉSSIMO		0	21 - 25%	1	9,09
1100,00	TOTAL	11	100	26 - 30%	1	9,09
				> 30%		0
				Não tem	2	18,2
				TOTAL	11	100
	ÓTIMO		0	< 5%	2	10
	вом	8	40	5 - 10%	3	15
	REGULAR	7	35	11 - 15%	4	20
Asima Is Dr	RUIM	3	15	16 - 20%	2	10
Acima de R\$ 11.150,00	PÉSSIMO	2	10	21 - 25%	2	10
	TOTAL	20	100	26 - 30%	1	5
				> 30%	4	20
				Não tem	2	10
				TOTAL	20	100

Fonte: Dados da pesquisa, (2021).

No confronto dos dados para relacionar o nível de educação financeira e o grau de endividamento por meio do crédito consignado por faixa etária salarial dos servidores públicos da UFPB, foi encontrado que na faixa salarial de R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00 o nível de educação financeira prevalece como sendo regular, 52,9% dos respondentes dessa faixa se intitulam dessa forma, 23,5% dos respondentes dessa faixa salarial informaram ter um desconto de crédito consignado entre 21 e 25% e 23,5% informaram não ter nenhum desconto atualmente.

Os dados apontam que na faixa salarial de R\$ 6.001,00 a R\$ 9.000,00, 53,85% dos respondentes com essa renda se intitulam com um nível de educação financeira ruim ou péssima e 61,60% tem um comprometimento mensal com empréstimo consignado de mais de 26% do seu salário.

No quesito endividamento, a faixa que teve um menor percentual de desconto de crédito consignado foi a de R\$ 9.001,00 a R\$ 11.150,00, onde 63,69% informaram ter nenhum desconto ou menos de 15% de comprometimento com crédito consignado em seu salário. Na questão do nível de educação financeira, 40% dos respondentes da faixa acima de R\$ 11.150,00 se dizem ter um nível bom de educação financeira.

Os dados mencionados na Tabela 7 mostram que o nível de educação financeira tem uma relação inversa com o nível de endividamento, pois quanto menos educação financeira, maior o endividamento.

A busca pelo empréstimo consignado pode estar atrelada ao desejo pessoal ou familiar, seja a compra de um bem, tratamento de saúde, pagamento de dívida, entre outros, em que a intenção de solucionar a questão necessita de um aporte financeiro e geralmente o valor do salário é insuficiente (LEITE NETO, 2019).

Wisniewski (2011) enfatiza que o crédito usado com prudência, é algo positivo para a economia, ocasiona expansão econômica, desenvolve a produção e o poder de compra, dando acesso aos bens e serviços disponíveis no mercado, contudo, usado indiscriminadamente, leva a inadimplência, ao endividamento e a outros problemas dele decorrentes.

# **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo analisar o endividamento por meio do crédito consignado dos servidores públicos pertencentes a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A partir da análise dos resultados, constatou-se que 65,5% dos servidores já realizaram 3 ou mais empréstimos consignados, porém atualmente boa parte dele, 62,3% possuem 1 ou nenhum contrato ativo de consignado, o que demonstra que possivelmente houve uma estabilização na contratação do crédito.

Ao tratarmos dos motivos pelos quais os servidores buscaram a opção do crédito, 32,8% informaram que foi para pagamento de dívidas, o que se torna algo preocupante, pois é um indicativo de que o salário do servidor não está suprindo para com as suas obrigações, talvez por falta de algum planejamento financeiro no passado.

No entanto 27,9% informaram que foi para aquisição de veículo e 18% para aquisição de um imóvel, o crédito consignado como já visto é uma operação de crédito que fornece um risco de inadimplência menor para as instituições, o que acarreta em juros mais baixos podendo ser uma opção melhor que outros tipos de créditos na hora de adquirir um bem que pode ser consideração importante no cotidiano do indivíduo.

Podemos concluir que as instituições financeiras estão em constante busca pelos servidores públicos, pois 50,8% dos respondentes informaram que acreditam que um dos principais motivos para o servidor contrair o empréstimo é pela facilidade do mesmo.

No tocante da educação financeira, 52,5% dos servidores informaram fazer alguma reserva financeira, porém 57,3% se consideram com um nível regular ou ruim de educação financeira, podemos identificar que falta a prática da educação financeira por parte dos servidores, tendo em vista que educação financeira não se resuma apenas a poupar, mas também a administrar todas as suas receitas e despesas.

No confronto dos dados relacionando a faixa salarial com o nível de educação financeira e com o nível de endividamento por meio do crédito consignado, identificamos que o público com renda de R\$ 6.001,00 a R\$ 9.000,00 apresentou um baixo desempenho tendo em vista que o nível de educação financeira foi considerado em sua maioria como ruim ou péssimo e o percentual de desconto

mensal do crédito consignado é acima de 26% do salário para 8 dos 13 respondentes dessa faixa.

Este estudo possui relevância para identificar a forma como o consignado pode intervir na vida do servidor público, se usado de maneira imprudente, a falta de planejamento financeiro pode acarretar em sérios problemas na vida pessoal do indivíduo, analisar todas as possibilidades de crédito e a real necessidade dele é crucial para não passar por dificuldade no futuro.

Esse estudo apresentou algumas dificuldades, entre elas a obtenção da coleta dos dados mais robusta, pois em razão do momento de pandemia que estamos vivendo, o questionário necessitou ser 100% online e o número de respondentes acabou sendo abaixo do esperado comparando a quantidade total do público que buscamos analisar.

Nessa perspectiva, fica o incentivo à realização de trabalhos futuros, em analisar o nível de educação financeira quanto aos tipos de investimentos, e no quesito do uso do crédito consignado verificar se o uso em excesso dele traz algum malefício para qualidade de vida individual e familiar dos servidores.

#### REFERÊNCIAS

- ABREU, J. M. Finanças Para Servidores Públicos: Do Vermelho ao Azul. 1ª Edição. **Editora Dialética**, 2020.
- ALVES, H. H. S. **O** endividamento do servidor público no Brasil: o caso da universidade federal do rio grande do sul. 2016. 78 f. Dissertação (Mestrado) Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BACEN BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária 2018**. Disponível em: encurtador.com.br/gtG58. Acesso em: 28 de fev. de 2020.
- BOGONI, N. M. *et al.* Alfabetização Financeira de Estudantes Universitários a partir das Dimensões: Atitude Financeira, Comportamento Financeiro e Conhecimento Financeiro. **Teoria e Evidencia Econômica (UPF)**, v. 24, p. 187-206, 2018.
- BRANDÃO, V. Crédito Consignado e Crise no Brasil: Uma Via de Mão Dupla. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vinicius-Brandao-2/publication/333755269\_Credito\_consignado\_e\_crise\_no\_Brasil\_uma\_via\_de\_mao\_dupla/links/5d0250e2a6fdccd1309706c3/Credito-consignado-e-crise-no-Brasil-uma-via-de-mao-dupla.pdf. Acesso em: 04 de jul. de 2021.
- BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Senado Federal**, 18 de abril de 1991. 170° da Independência e 103° da República.
- CARVALHO, V. Educação Matemática: Matemática e educação para o consumo. 1999. 169 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- CARVALHO, H. A. SOUZA, F. G. P. FUENTES, V. L. P. Representação social do endividamento individual. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 100-115, 2017.
- CARTÃO de crédito consignado, como conseguir?. **Serasa**, 2018. Disponível em: <a href="https://www.serasa.com.br/ensina/seu-credito/cartao-de-credito-consignado/">https://www.serasa.com.br/ensina/seu-credito/cartao-de-credito-consignado/</a>>. Acesso em: 14 de jun. de 2021.
- CENCI, J. J.; PEREIRA, I.; BARICHELLO, R. Educação Financeira, Planejamento Familiar e Orçamento Doméstico: Um Estudo de Caso. **Revista Tecnológica.** v. 3, n. 2, p. 89-104, 2015. Disponível em: <a href="https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/61">https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/61</a>. Acesso em: 05 jul 2021.
- CHACON, L. L. **Empréstimos consignados:** Um Estudo Junto a Servidores Públicos do Estado da Paraíba. 2019. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

CHEUNG, Felix; LUCAS, Richard E. When does money matter most? Examining the association between income and life satisfaction over the life course. **Psychology and Aging**, v. 30, n. 1, p. 120, 2015.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; OLIVEIRA, A. R. de. Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública. In: Congresso Brasileiro de Custos - CBC, XVI., 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: CBC, 2009.

CONTRERAS, L. V. *et al.* Psicología Del Endeudamiento: una investigación teórica. **Universidad de La Frontera.** 2006.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

DENEGRI, M. *et al.* Caracterización psicológica del consumidor de la IX Región. **Consumir para Vivir y no Vivir para Consumir**, p. 7-31, 1999.

DENEGRI, M. *et al.* Escala de Actitudes haciael Endeudamiento: validez factorial y perfiles actitudinales em estudiantes universitários chilenos. **Universitas Psychologica**, v. 11(2), p. 497-509, 2012.

DORNELLES, M. F. L.; JULIANI, L. I. Endividamento dos Aposentados do Regime Geral da Previdência Social no Brasil: Analise a partir de 2008. In: Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, X, 2018, Rivera. **Anais** [...]. Rivera, 2018.

FERREIRA, J.C. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. **Revista do Departamento de Administração da FEA Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, v. 11, n. 1, 2017.

FERREIRA, F. V. S. **Finanças pessoais:** Um estudo sobre educação financeira dos servidores públicos da UFPB. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

FLORES, S. A. M; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de Fatores Comportamentais na Propensão ao Endividamento. **Revista de Administração. FACES Journal**, v. 12(2), p. 13-35, 2013.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

HERRERA, A. M. G. *et al.* La alfabetización económica, hábitos de consumo, actitud hacia el endeudamiento y su relación con el Bienestar Psicológico en funcionarios públicos de la ciudad de Punta Arenas. **Magallania**, Punta Arenas, v. 39, n. 1, p. 83-92, 2011.

HUSTON, S.J. Measuring financial literacy. The Journal of Consumer Affairs, v. 44, n. 2, Summer, 2010.

- IPEA: Os Níveis de escolaridade no Setor Público Brasileiro. Brasil, 2018. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/atlasestado/arquivos/rmd/4874-conjunto4v10.html#sec1>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- KLINK, J.; SOUZA, M. B. de. Financeirização: Conceitos, Experiências e a Relevância para o Campo do Planejamento Urbano Brasileiro. **Cadernos Metrópole**, v. 19, p. 379-406, 2017.
- LEITE NETO, F. C. *et al.* Endividamento por Empréstimos Consignados de **Docentes da Educação Básica da Rede Pública Estadual em Macapá/AP (2003 A 2016).** 2019. 149f. Dissertação (Mestrado) Educação, Universidade Federal do Amapá, 2019.
- LEITE, T. Educação Financeira. **Anuário da Produção de Iniciação Cientifica Discente**, São Paulo, v. 13, n. 21, nov. 2012.
- LIMA FILHO, W. A. de; SILVA, C. T. C. da; LEVINO, N. de A. Comportamento financeiro pessoal: uma análise dos docentes da universidade federal de alagoas. **SINERGIA Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 24, n. 2, p. 23–36, 2020. Disponível em: https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/9411. Acesso em: 12 abr. 2021.
- LIRA, C. C. Crédito consignado: cenários no Brasil e diagnóstico na UFPE (2010 a 2012). Recife, 2014. 114p. Dissertação (Mestrado em Gestão Púclica). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- LOPES, C. K. Crédito consignado e suas implicações no orçamento familiar: uma análise para servidores da UFV. 2018. 66 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.
- LUCENA, D. S. Estudo sobre a falta de planejamento financeiro e endividamento de bombeiros militares do estado da Paraíba. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- LUZ, E. J. F.; AYRES, M. A. C.; MELO, M. A. S. Orçamento Familiar: uma análise acerca da educação financeira. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 206-218, 2019.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobre endividamento**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.
- MEDEIROS, A. P.; OLIVEIRA, G. X.; BENDER FILHO, R. Crédito Consignado: Segmentos e Efeitos Econômicos . **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 17, n. 2, p. 783-810, 2018.

- MEDEIROS, A. P.; OLIVEIRA, G. X.; BENDER FILHO, R. Crédito consignado: dinâmica e efeitos da flexibilização das condições de financiamento. **ECONOMIA & REGIÃO**, v. 7, p. 149, 2019.
- MELO, I. F.; POLIDORIO, G. R. S. Investimentos em renda fixa e renda variável. **Revolução na Ciência**, v. 14, n. 14, 2018.
- MENDONÇA, H.; DEZORDI, L. L.; CURADO, M. L. A determinação da taxa de juros em uma economia sob metas de inflação: o caso brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n.3, 2005.
- MORA, A. A evolução do crédito entre 2003 e 2012. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- MOURA, R.; OLIVEIRA, S. C. S.; SILVA, R. N. O. Credito consignado e seu impacto na vida dos aposentados. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/res em Serviço Social ENPESS, 2018, Vitória ES. **Anais** [...]. Vitória: ENPESS, 2018.
- NETO CRUZ, L. A. S. *et al.* Atitude ao Endividamento e Comportamento de Gestão Financeira do Consumidor. **Revista Reuna**, v. 22, p. 63-90, 2017.
- PEREIRA, M. R. *et al.* Crédito Consignado e Endividamento dos Servidores do Distrito Federal. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v. 11, n. 2, 2020.
- PICCINI, R. A. B.; PINZETTA, G. Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar. **Unoesc & Ciência**, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.
- PINHEIRO, R. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.
- RESENDE, B. M.; COSTA, C. Análise do Planejamento Financeiro Pessoal dos Discentes de Administração de uma Instituição de Ensino Superior em Monte Carmelo Mg, No Ano De 2015. **Getec**, v.6, n.13, p.26-42, 2017.
- RIZZATTI, M. M. **Finanças Pessoais:** Um Estudo Sobre o Controle e o Planejamento Financeiro Pessoal. 2019. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.
- SANTANA, V. M. T.; FUNCHAL, B. A Relação Entre o Parcelamento de Compras Com Cartão de Crédito e a Gestão do Orçamento Pessoal. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 20, 2019.
- SANTOS, G. V. *et al.* Educação Financeira e Investimentos: Uma Pesquisa com os Acadêmicos do Curso de Administração da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 12179-12196, 2021.
- SANTOS, E. S. **Educação financeira:** um estudo sobre o nível de endividamento dos guardas civis municipais de João Pessoa. 2018. 46p. Trabalho de Conclusão de

- Curso (Graduação em Ciências Contábeis) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- SARAIVA, Karla Schuck. Indebted subjects and Financial Education. **Educar Em Revista**, n. 66, p. 157-173, 2017.
- SILVA, P. A.; BILAC, D. B. N.; BARBOSA, S. M. Contribuição da Contabilidade para as Finanças Pessoais. **Humanidades & Inovação**, v. 4, n. 5, 2017.
- SILVA, M. J.; GOIS, M. R. Crédito Consignado e o Risco de Endividamento: Perfil dos Servidores e o Panorama na Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Revista dos Mestrados Profissionais RMP**, v. 10, n. 1, 2021.
- SILVA, J. S.; GOMES, A. K. de L. J. Educação e planejamento financeiro: um estudo com servidores de uma instituição de ensino superior pública. **Refas-Revista Fatec Zona Sul**, v. 5, n. 2, p. 77-92, 2018.
- SILVA, L. C. B.; SOUZA, R. X. Instituto da Estabilidade do Servidor Público e as Garantias do não Retrocesso Social. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 23, 2021.
- SILVA, F. C. *et al.* Planejamento Financeiro: Uma Análise do Perfil de Servidores Públicos Lotados na Policia Militar de Minas Gerais. In: **Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade**, 26, 2014, Santa Catarina. **Anais** [...]. Santa Catarina, 2019.
- SILVA. F. P. **Gestão Financeira Pessoal:** Um Estudo das Práticas Adotadas por Servidores Públicos Efetivos da Prefeitura Municipal de Sousa/Pb. 2018. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018.
- SILVA, M. F. S. A Educação Financeira como Base para a Contabilidade Familiar: O Controle Financeiro para Uso e Planejamento das Finanças Pessoais e Domiciliares. 2021. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) UNIFACIG, Minas gerais, 2021.
- SEBRAE/BA. Planejamento e Controle Financeiro Pessoal. Bahia, 2013. Disponível em:encurtador.com.br/qABF5. Acesso em: 20 de fev. de 2020.
- SHOCKEY, S. Low-wealth adults financial literacy, money management behavior and associated factors, including critical thinking. 2002. 145 f. Tese (Doutorado) Ohio Universityof Utah, United States, 2002.
- SOUZA, D.R. **Endividamento do servidor público:** uma análise econômica da situação da UNB. Brasília, 2015. 87p. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de Brasília, 2015.
- SPC BRASIL: Serviço de Proteção ao Crédito. O Conceito do Endividamento e as Consequências da Inadimplência. Brasil, fev. 2016. Disponível em: <

https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\_imprensa/analise\_educacao\_financeira\_divid as.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SERASA: Serviço de Proteção ao Crédito. O Conceito do Endividamento e as Consequências da Inadimplência. Brasil, fev. 2016. Disponível em: < https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\_imprensa/analise\_educacao\_financeira\_divid as.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

TEIXEIRA, R. V. G.; SONCIN, J. M. O Endividamento do Consumidor Brasileiro e a Ofensa ao Princípio da Dignidade Humana. **Revista de Estudos Jurídicos**, v. 1, n. 25, 2015.

VANDERLEY, M. S.; DOS SANTOS, S. J. G.; DE ALMEIDA, S. A. Educação Financeira na Infância e Adolescência e Seus Reflexos na Vida Adulta: Uma Revisão de Literatura. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 20, 2021.

VIEIRA, K. M.; MOREIRA, F.J.; POTRICH, A. C. G. Indicador de Educação Financeira: Proposição de um Instrumento a Partir da teoria da Resposta ao Item. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

WISNIEWSKI, M. L. G. A Importância da Educação Financeira da Gestão das Finanças Pessoais: Uma Ênfase da Popularização do Mercado de Capitais Brasileiro. **Revista Intersaberes**, Curitiba, a.6, n.12, p. 155-172, 2011.

## **APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO**

# QUESTIONÁRIO DE PESQUISA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Este questionário tem por objetivo identificar e analisar a propensão ao endividamento por meio do crédito consignado do servidor público pertencentes ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Este trabalho será utilizado para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Ciências Contábeis. O sigilo será absoluto. Os dados serão tratados de forma agregada e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

### 1 IDENTIFICAÇÃO

() Pós Doutorado

1.1 Gënero: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outros
1.2 Faixa Etária () 18 a 29 anos () 30 a 40 anos () 41 a 50 anos () 51 a 60 anos () Mais de 60 anos
1.3 Número de pessoas que constituem o núcleo familiar: () 1 a 2 () 3 a 4 () 5 a 6 () 7 a 8 () 9 a 10 () Mais de 10
1.4 Grau de instrução: ( ) Ensino médio ( ) Graduação ( ) Mestrado ( ) Doutorado

1.5 Tempo de atuação profissional: () 1 a 5 anos () 6 a 10 anos () 11 a 15 anos () 16 a 20 anos () Mais de 20 anos
1.6 A qual centro você pertence?
( ) CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza ( ) CCHLA - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes ( ) CCM - Centro de Ciências Médicas ( ) CE - Centro de Educação ( ) CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas ( ) CT - Centro de Tecnologia ( ) CCS - Centro de Ciências da Saúde ( ) CCJ - Centro de Ciências Jurídicas ( ) CBIOTEC - Centro de Biotecnologia ( ) CCTA - Centro de Comunicação, Turismo e Artes ( ) CEAR - Centro de Energias Alternativas e Renováveis ( ) CI - Centro de Informática ( ) CTDR - Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional ( ) CCA - Centro de Ciências Agrárias ( ) CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias ( ) CCAE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação ( ) Outros:
2.1 Faixa salarial pessoal bruta: () R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00 () R\$ 6.010,00 a R\$ 9.000,00 () R\$ 9.010,00 a R\$ 11.150,00 () Acima de R\$ 11.150,00
2.2 Membros que contribuem com o orçamento familiar: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () Mais de 5
3 EMPRÉSTIMO E CRÉDITO CONSIGNADO
3.1 Quantos empréstimos em consignado você já realizou até o momento? () 1 () 2 () 3

() 4 () 5 () Mais de 5 () Não lembro () Nenhum
3.2 Quantos empréstimos em consignado você possui atualmente? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () Mais de 5 () Não lembro () Nenhum
<ul> <li>3.3 Qual dos motivos abaixo levou você a contrair empréstimo consignado?</li> <li>() Aquisição de um imóvel</li> <li>() Aquisição de um veículo</li> <li>() Abrir um negócio</li> <li>() Doença</li> <li>() Pagar dívidas</li> <li>() Complementar o orçamento familiar</li> <li>() Outros:</li> </ul>
<ul> <li>3.4 Na sua concepção, quais são os principais motivos que levam o servidor a contrair empréstimo consignado?</li> <li>() Facilidade para contrair empréstimo</li> <li>() Salário insuficiente para pagar despesas</li> <li>() Falta de controle nos gastos</li> <li>() Influência de terceiros</li> <li>() Outros:</li> </ul>
3.5 Qual o porcentual do seu salário que o empréstimo consignado compromete? () Menos de 5% () De 5% a 10% () De 11% a 15% () De 16% a 20% () De 21% a 25% () De 26% a 30% () Mais de 30%
<ul><li>3.6 O empréstimo consignado conseguiu resolver a situação pela qual você realizou?</li><li>() Sim</li><li>() Não</li></ul>

3.7 Quanto tempo você acredita que vai levar para você pagar o seu(s) empréstimo(s) consignado? () Até 2 anos () Entre 2 a 4 anos () Entre 4 a 6 anos () Acima de 6 anos
<ul><li>3.8 Você já fez renegociação de empréstimo consignado?</li><li>( ) Sim</li><li>( ) Não</li></ul>
<ul><li>3.9 Após quitar o(s) empréstimo(s) consignado, você pretende, caso haja necessidade, contrair outro(s)?</li><li>( ) Sim</li><li>( ) Não</li></ul>
<ul><li>3.10 Você Conhece e ou utiliza o cartão de crédito consignado?</li><li>( ) Conheço, mas não utilizo</li><li>( ) Conheço e utilizo</li><li>( ) Não conheço</li></ul>
<ul> <li>3.11 Você possui outra modalidade de crédito? (Nesta questão, você pode escolher mais de uma alternativa):</li> <li>() Crédito Pessoal</li> <li>() Cartão de Crédito</li> <li>() Financiamento de Veículos</li> <li>() Financiamento de Imóveis</li> <li>() Outros</li> </ul>
<ul> <li>3.12 Qual sua opinião sobre essa frase? "Usar crédito consignado me permite ter uma melhor qualidade de vida".</li> <li>() 1 – Discordo Totalmente</li> <li>() 2 – Discordo</li> <li>() 3 – Indiferente</li> <li>() 4 – Concordo</li> <li>() 5 – Concordo totalmente</li> </ul>
<ul> <li>3.13 Qual sua opinião sobre essa frase? "O uso do crédito consignado é uma parte essencial do estilo de vida atual do servidor público"</li> <li>() 1 – Discordo Totalmente</li> <li>() 2 – Discordo</li> <li>() 3 – Indiferente</li> <li>() 4 – Concordo</li> <li>() 5 – Concordo totalmente</li> </ul>

<ul> <li>3.14 - Qual sua opinião sobre essa frase? "O uso do crédito consignado pode se tornar algo perigoso"</li> <li>( ) 1 - Discordo Totalmente</li> <li>( ) 2 - Discordo</li> <li>( ) 3 - Indiferente</li> <li>( ) 4 - Concordo</li> <li>( ) 5 - Concordo totalmente</li> </ul>
4 PLANEJAMENTO FINANCEIRO
<ul><li>4.1 Você costuma fazer alguma reserva financeira?</li><li>( ) Sim, costumo</li><li>( ) Não tenho costume</li></ul>
<ul> <li>4.2 Qual o percentual abaixo você costuma guardar do seu salário?</li> <li>( ) Até 10%</li> <li>( ) Até 20%</li> <li>( ) Até 30%</li> <li>( ) Acima de 30%</li> <li>( ) Não costumo guardar</li> </ul>
<ul> <li>4.3 Em relação a educação financeira você se enquadra em qual nível?</li> <li>() Ótimo</li> <li>() Bom</li> <li>() Regular</li> <li>() Ruim</li> <li>() Péssimo</li> </ul>
<ul> <li>4.4 Na sua opinião, é preferível pagar sempre a vista?</li> <li>() 1 – Discordo Totalmente</li> <li>() 2 – Discordo</li> <li>() 3 – Indiferente</li> <li>() 4 – Concordo</li> <li>() 5 – Concordo totalmente</li> </ul>
<ul> <li>4.5 Para você é importante viver de acordo com o dinheiro que se ganha?</li> <li>( ) 1 – Discordo Totalmente</li> <li>( ) 2 – Discordo</li> <li>( ) 3 – Indiferente</li> <li>( ) 4 – Concordo</li> <li>( ) 5 – Concordo totalmente</li> </ul>
<ul><li>4.6 Na sua opinião, é importante pagar as dívidas o quanto antes possível?</li><li>( ) 1 – Discordo Totalmente</li></ul>

() 2 – Discordo
() 3 – Indiferente
() 4 – Concordo
( ) 5 – Concordo totalmente
4.7 Tenho que ter muito cuidado com o gasto do dinheiro que eu possuo?
( ) 1 – Discordo Totalmente
() 2 – Discordo
() 3 – Indiferente
() 4 – Concordo
( ) 5 – Concordo totalmente